

## CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE NARRATIVA EM MACINTYRE E PAUL RICOEUR

Jáder Moura Fontenele<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo visa fazer um breve paralelo entre as concepções de identidade narrativa em MacIntyre e em Ricoeur enquanto continuidade do debate acadêmico em torno da questão da identidade pessoal. A problemática é saber em que ponto a concepção dos filósofos se inter-relacionam em torno da concepção de identidade narrativa. A metodologia utilizou uma pesquisa bibliográfica feita nos trabalhos de MacIntyre e Ricoeur no que dizem respeito a suas concepções de identidade narrativa. A unidade narrativa nos filósofos é composta por intenções, causas e acasos, sem falar que a narrativa de um sujeito pode influenciar e até marcar os rumos de outra narrativa, bem como as vicissitudes da própria vida e de nosso contexto, dado que a vida é imprevisível, o que não impede que compartilhem projetos em comum e assumamos a responsabilidade por nossa atuação frente aos outros.

**Palavras-chave:** Identidade narrativa; MacIntyre; Ricoeur.

**ABSTRACT:** The article aims to make a brief parallel between the conceptions of narrative identity in MacIntyre and in Ricoeur as a continuation of the academic debate around the question of personal identity. The problem is to know at what point the conception of philosophers interrelate around the conception of narrative identity. The Methodology used a bibliographical research done in the works of MacIntyre and Ricoeur with respect to their conceptions of narrative identity. The narrative unit in philosophers is composed of intentions, causes and accidents, not to mention that the narrative of a subject can influence and even mark the direction of another narrative, as well as the vicissitudes of life itself and our context, given that life is unpredictable, which does not prevent us from sharing common projects and taking responsibility for our actions in front of others.

**Keywords:** Narrative identity; MacIntyre; Ricoeur.

### INTRODUÇÃO

A temática da identidade pessoal é um dos assuntos mais debatidos na contemporaneidade, o indivíduo moderno em sua constituição e sua inter-relação social tem sido estudado por vários pesquisadores das mais diferentes áreas do saber. O indivíduo moderno é geralmente apresentado como um ser autossuficiente, que vence na vida por si mesmo, o *self* aparece então com uma identidade individualista e egocêntrica onde qualquer noção de tradição ou comunidade são vistos como ameaças à sua liberdade e subjetividade. Para MacIntyre (2001) esse sujeito moderno é caracterizado como um indivíduo atomizado e fragmentado, para tanto o filósofo escocês defende que esse tipo de comportamento torna a cooperação social muito frívola e tecnicista, em contraposição a esse sujeito o filósofo escocês Alasdair MacIntyre propõe uma vida pautada nas virtudes que podem viabilizar uma narrativa inteligível de ação frente as demais pessoas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia – Universidade Federal do Piauí – Email: [jader.fontenele@gmail.com](mailto:jader.fontenele@gmail.com)

Para Paul Ricoeur a questão da identidade do indivíduo está em indicar *quem* é o sujeito agente, aquele que faz a ação, mas a resposta a esse *quem?* traz o desafio de contar uma história de vida, de narrar acerca desse autor da ação, no desenrolar de uma história narrativa encontramos o *quem* autor da ação. O que leva a crer que a identidade narrativa nos leva à história de uma vida narrada.

A problemática do trabalho é saber em que ponto a concepção de MacIntyre e Ricoeur se inter-relacionam em torno da concepção de identidade narrativa. Os fundamentos teóricos para embasarem uma possível resposta à problemática partirá inicialmente das obras dos autores e em seus comentadores. Os objetivos do presente trabalho são investigar se existe a possibilidade de fazer uma inter-relação entre a concepção de identidade narrativa de MacIntyre e Ricoeur, apresentar as concepções de identidade narrativa apresentadas pelos dois filósofos e fazer uma crítica ao sujeito moderno utilizando-se da filosofia de MacIntyre e Ricoeur. A Metodologia terá como foco uma pesquisa bibliográfica que se dará nos trabalhos de MacIntyre e em Ricoeur no que dizem respeito a suas concepções de identidade narrativa, onde em primeiro lugar estudaremos a concepção de identidade narrativa em MacIntyre e posteriormente em Paul Ricoeur. Por último os resultados da pesquisa serão condensados nas considerações finais.

## **IDENTIDADE NARRATIVA EM ALASDAIR MACINTYRE**

MacIntyre retoma uma identidade narrativa de base aristotélica para que o homem possa se encontrar com o outro e com sua identidade social e histórica, pois:

Uma vida vivida de momento em momento, de episódio em episódio, sem conexões com encadeamentos de intenções de grande escala, careceria de fundamento para muitas instituições caracteristicamente humanas: casamento, guerra, lembrança da vida dos mortos, a sobrevivência de famílias, cidades e serviços por gerações etc (MACINTYRE, 2001, p.180).

Segundo MacIntyre (2001) desde as culturas gregas, medieval ou da renascença o ato de contar histórias era o principal método de educação moral, onde essas narrativas retomavam um passado heroico esquecido enquanto memória histórica das culturas onde tinham sido escritas, mas não só isso, pois elas funcionam como um embasamento moral para a discussão contemporânea das sociedades clássicas e outras posteriores, portanto essas narrativas apresentavam uma certa influência histórica e cultural. MacIntyre partindo de uma matriz teleológica procura mostrar que desde as sociedades antigas a

identidade narrativa era uma cosmovisão que permeava aqueles povos e lhes dava um *ethos* de atuação e de reconhecimento narrativo onde cada sujeito sabia seu papel a ser desempenhado. MacIntyre (2001) observa que na sociedade homérica, bem como nas sociedades heroicas da Islândia e na Irlanda:

Todo indivíduo tem determinado papel e status dentro de um sistema bem-definido e determinado de papéis e *status*. As principais estruturas são as do parentesco e do lar. Em tal sociedade, um homem sabe quem ele é conhecendo seu papel nessas estruturas; e, sabendo disso, ele também sabe o que deve e o que lhe é devido pelos ocupantes de todos os outros papéis e *status*. Tanto em grego (*dein*) quanto em anglo-saxão (*ahte*), originalmente não há diferença clara entre “dever” (moral) e “dever” (material); em islandês, a palavra “skydr” une “dever” (moral) e “ser parente de” (MACINTYRE, 2001, p. 210 - 211).

Mas isso não era somente uma junção de obrigações e privilégios ditados para cada *status* das sociedades heroicas, para o escocês havia um entendimento das atividades requisitadas para sua realização e outras que não realizavam as atividades por não alcançarem o que era requisitado para determinada ação, para executá-la o homem precisaria das virtudes, pois as “virtudes são as qualidades que sustentam o homem livre em seu papel e que se manifesta nos atos que seu papel exige” (MACINTYRE, 2001, p. 211). Para MacIntyre (2001) a virtude *aretê* é usada para representar a excelência em diferentes tipos nas sociedades heroicas, seja do atleta veloz ou do soldado corajoso, tendo por ponto característico que na justificação das virtudes é inviável uma separação entre o contexto e a base social, além de que, a moralidade e a base social são uma coisa só, dado não haver uma moralidade divorciada dos demais âmbitos da vida, pois os casos normativos são questões<sup>2</sup> de fato social, e mais, nessas sociedades heroicas a vida humana tem um modelo determinado de um algum tipo de história. Os poemas e as sagas não narram simplesmente o que acontece com homens e mulheres, mas em sua forma narrativa os poemas e as sagas captam uma forma que já estava presente nas vidas que relatam” (MACINTYRE, 2001, p. 215).

---

<sup>2</sup> “Nem são questões difíceis de resolver, a não ser em casos excepcionais, pois as regras que atribuem ao homem seu lugar na ordem social e, com ele sua identidade, também ditam o que devem e o que lhes é devido, e como devem ser tratados e considerados se fracassarem, e como devem tratar e considerar os outros, caso fracassem. Sem tal lugar na ordem social, além de ser incapaz de receber reconhecimento e consideração dos outros, além de os outros não saberem, um homem não saberia quem ele era” (MACINTYRE, 2001, p. 213).

MacIntyre (2001) observa com base na obra *Ilíada* que os personagens atuam em conformidade com as bases estruturais normativas de sua tradição, eles não escolhem entre pontos específicos de diferentes estruturas, eles sempre partem de um eixo comum, daí a diferença do *self* (que MacIntyre chama de *eu emotivista*) para o membro da sociedade heroica. Na concepção do filósofo escocês, o *self* pode olhar e julgar o mundo como se estivesse de fora dele e neutro a ele, para o eu da era heroica não existe o “estar fora”, afinal isso feriria sua própria identidade. A identidade nessas sociedades heroicas é caracterizada por particularidade e responsabilidade, responsável no sentido da função que ocupa na sociedade e da qual os outros dependem em termos de cooperação e laços afetivos. Posto isso, o escocês entende que poderíamos aprender com as sociedades heroicas duas lições:

[...] primeiro, que toda moralidade está sempre, até certo grau, amarrada ao socialmente local e particular, e que as aspirações da moralidade da modernidade à universalidade liberta de toda particularidade é uma ilusão; e em segundo lugar, que não há como possuir virtudes, a não ser como parte de uma tradição na qual as herdamos, e nosso entendimento delas, a partir de uma série de predecessores na qual as sociedades heroicas estão em primeiro lugar na série (MACINTYRE, 2001, p. 218).

Saindo da análise das sociedades heroicas e adentrando na sociedade ateniense, MacIntyre (2001) observa que a base estrutural não está mais nas relações de parentesco (sociedades heroicas) mas na cidade-estado e em especial na democracia ateniense, onde até o conceito de virtude passa a ser diferente, pois para o ateniense sua compreensão de virtude propicia bases pelas quais tem capacidade para questionar sua comunidade e indagar se a metodologia ou a norma é justa ou não. Em regra, a hipótese ateniense comum “é que as virtudes têm seu lugar dentro do contexto social da cidade-estado. Em todas as perspectivas gregas, ser um homem bom será, pelo menos, aliado íntimo de ser um bom cidadão” (MACINTYRE, 2001, p. 232), porém o conceito de virtude para o indivíduo moderno não terá tanta importância como contexto ateniense.

Para MacIntyre (2001) na modernidade o indivíduo é caracterizado como sendo emotivista, é um eu separado de seus papéis e livre de qualquer laço devido sua fragmentação e pragmatismo, oposto a isso é a concepção de MacIntyre para a identidade que é um “conceito de um eu cuja unidade reside na unidade de uma narrativa que une o nascimento à vida e à morte em forma de narrativa com começo, meio e fim” (MACINTYRE, 2001, p. 345), assim há no autor uma concepção de identidade narrativa.

Mas devido à dificuldade de nós modernos pensarmos nessa unidade narrativa, MacIntyre (2001) explica que necessitamos rever a maneira como lidamos com nossos modos de pensar e agir acerca das atividades humanas e da identidade narrativa para mostrar a naturalidade do pensar o eu de forma narrativa, para ele a questão está em elucidar a caracterização do comportamento partindo dos propósitos do sujeito e do seu contexto, por exemplo:

Para a pergunta “O que ele está fazendo? as respostas podem ser, com igual veracidade e propriedade, “Cavando”, “Cuidando do jardim”, “Exercitando-se”, “Preparando-se para o inverno” ou “Agradando a esposa”. Algumas dessas respostas caracterizam as intenções do agente, outras caracterizam consequências não-intencionais de seus atos e, dessas consequências não-intencionais, algumas podem ser tais que o agente tenha consciência delas, e não de outras. O importante é perceber imediatamente que qualquer resposta a perguntas acerca de como devemos entender ou explicar determinado segmento de comportamento vão pressupor alguma resposta anterior à pergunta sobre como essas respostas corretas e diferentes à pergunta “o que ele está fazendo?” se relacionam entre si. Se a intenção principal da pessoa é deixar o jardim em ordem antes do inverno e é apenas incidentalmente que, ao fazê-lo, esteja se exercitando e agradando a esposa, temos um tipo de comportamento a ser explicado; mas se a principal intenção do agente é exercitar-se para agradar a esposa, temos outro tipo de comportamento bem diferente a ser explicado, e teremos de procurar em outra direção o entendimento e a explicação (MACINTYRE, 2001a, p. 346-347).

MacIntyre explica que no primeiro exemplo o episódio parece estar numa cena de trabalhos domésticos e o comportamento traduz uma vontade que pode ser expressa numa cena de casa com jardim, com a história narrativa deste cenário; no outro exemplo a cena nos remete a uma história narrativa como de um casamento. Assim para distinguir o comportamento humano precisamos levar em consideração as intenções dos agentes e dos cenários para que as intenções possam ser inteligíveis.

O cenário guarda aqui uma história, onde enredos e intenções das atuações dos agentes podem ser contextualizadas e entendidas, assim devemos entender as justificações das intenções para saber o porquê da ação, logo, voltando ao exemplo, entendemos que o homem pode estar cuidando do jardim sob a justificação de fazer exercícios físicos e procurando agradar a esposa, e ele cuida do jardim por que acredita que esse ato pode gerar esses resultados, para o filósofo escocês “precisamos saber quais são algumas crenças dele e quais delas são causalmente eficientes; ou seja, precisamos saber se certas afirmações hipotéticas contrárias aos fatos são verdadeiras ou falsas” (MACINTYRE,

2001a, p. 348 - 349), enquanto não entendermos isso não poderemos caracterizar a atuação real do agente.

MacIntyre comenta também que devemos saber ordenar as intenções conforme o período temporal ao qual estamos fazendo a análise:

Cada uma das intenções de curto prazo é, e só pode ser, inteligível por intermédio de referência a intenções de longo prazo; e a caracterização do comportamento segundo as intenções de longo prazo só pode estar correta se também estiverem corretas algumas das caracterizações segundo as intenções de curto prazo. Portanto, só se caracteriza de maneira adequada o comportamento quando se sabe quais são as intenções de prazo mais longo invocadas e como as intenções de prazo mais curto se relacionam com as de prazo mais longo. Novamente nos envolvemos na escrita de uma história narrativa (MACINTYRE, 2001a, p. 349).

Além disso MacIntyre (2001) destaca que é necessário para melhor entendermos as ações humanas que a observemos sob dois modos de contextos implícitos, o primeiro quando consideramos as intenções do indivíduo numa estrutura temporal e causal ligados à atuação na história do agente e, em segundo lugar quando consideramos as intenções relativas ao seu papel pertencente na história do contexto (ou dos contextos), com isso definiremos a causa que motivou as intenções na história em cena pois “a história narrativa de um certo tipo revela-se o gênero fundamental e essencial para a caracterização das ações humanas” (MACINTYRE, 2001, p. 351).

A questão aqui é que um indivíduo que pode ter sua história passível de inteligibilidade é a de um agente ligado por um elo cuja narrativa flui de suas intenções, discursos e contexto, e por cujas atuações é responsável, diferente do eu emotivista que por usar diversas máscaras dependendo do cenário não podemos entender sua narrativa pois está sempre mudando sua atuação de forma pragmática e egoísta onde sua ação impede uma narração ordenada, tendo em vista que seu comportamento deriva de uma imensidão de pontos de base, qualquer tentativa de entendimento de sua atuação será por demais complicada e não objetiva. Para MacIntyre (2001) o método narrativo não é um disfarce, tampouco uma decoração, a narrativa faz parte de um contexto muito maior, afinal:

sonhamos em forma de narrativa, devaneamos em narrativa, recordamos, prevemos, desejamos, nos desesperamos, duvidamos, planejamos, reconsideramos, criticamos, inventamos, mexericamos, aprendemos, odiamos e amos por meio de narrativas” (HARDY, 1968, p. 5, *apud* MACINTYRE, 2001a, p. 355).

Como visto, para caracterizar e entender o modo da atuação do sujeito precisamos definir um momento particular dentro de um contexto de uma estrutura de histórias

narrativas dos sujeitos e dos contextos onde atuam e são influenciados, ou seja, a inteligibilidade da atuação possui um traço essencialmente histórico. “É porque todos vivenciamos narrativas nas nossas vidas e porque entendemos nossa própria vida nos termos das narrativas que vivenciamos, que a forma de narrativa é adequada para se entender os atos de outras pessoas” (MACINTYRE, 2001, p. 351). Ou seja, a metodologia narrativa é um caminho da inteligibilidade do comportamento humano, e segundo MacIntyre, a inteligibilidade é o elo de união entre a ideia de ação e a de narrativa, ação e narrativa se inter-relacionam na história (ou nas histórias) de modo complementar, logo podemos caracterizar a inteligibilidade da atuação humana no seu contexto e numa sistemática narrativa e identidade narrativa.

A história aqui é entendida como “uma narrativa dramática encenada, na qual os personagens também são autores” (MACINTYRE, 2001, p. 361). Apesar disso a narrativa não quer levar a crer que será um história perfeita e de final feliz, pois os personagens estão sujeitos a padecer infortúnios devido à imprevisibilidade da ação de outros sujeitos e dos contextos sociais em que estão inseridos, para MacIntyre (2001) essa imprevisibilidade se relaciona com uma característica essencial das narrativas humanas, elas possuem um certo caráter teleológico, pois à medida que vivemos conosco e com os outros, vivemos com base em algumas concepções possíveis de um futuro compartilhado, futuro cujos caminhos podem nos levar para frente ou para trás, que podemos recusar ou não, de toda forma:

Não existe presente que não seja instruído pela imagem de algum futuro, e uma imagem do futuro que sempre se apresenta na forma de um *telos* – ou de uma série de fins ou metas em cuja direção estamos sempre nos movendo ou deixando de nos mover no presente. A imprevisibilidade e a teleologia, portanto, coexistem em nossas vidas; assim como os personagens de uma narrativa fictícia, não sabemos o que acontecerá a seguir, porém nossa vida tem uma forma que se projeta na direção do nosso futuro (MACINTYRE, 2001, p. 362).

O filósofo escocês entende assim que as narrativas apresentam uma característica imprevisível e de certa forma teleológica, onde a teleologia tem aportes desde as sociedades heroicas até a idade média, onde a tradição de contar histórias possui um traço essencial na educação para as virtudes, uma narrativa histórica que confere ao ser humano uma identidade que seja reconhecida e compartilhada, onde o sujeito habita um personagem cuja unidade é concebida como a unidade de um personagem, de forma que as demais pessoas possam entender que o agente é no desenrolar de sua história (que começa com o

nascimento e vai até a morte) o sujeito de sua própria história com um significado peculiar e responsável por seus atos e vivências que formam uma vida narrativa e inteligível. “Assim, a identidade pessoal é exatamente aquela identidade pressuposta pela unidade do personagem que a unidade na narrativa requer. Sem tal unidade, não haveria protagonistas sobre os quais se pudesse contar histórias (MACINTYRE, 2001, p. 365), logo é uma identidade pessoal com identidade e unidade narrativas inteligíveis.

Além da responsabilidade pela atuação, para MacIntyre (2001) há um outro ponto importante da identidade narrativa que é o fato do agente poder solicitar uma explicação ao outro por sua atuação e o porquê agiu daquela forma, afinal os sujeitos estão interligados pelas narrativas que se relacionam, esse *feedback* mantém a responsabilidade da atuação perante o outro sempre na ativa para lhe lembrar da responsabilidade do agir que pode repercutir em outras narrativas. Percebe-se assim que para o exercício do conceito de identidade pessoal exige-se uma relação cooperativa entre três outros conceitos, a saber, o conceito de narrativa, inteligibilidade e responsabilidade. A unidade de uma vida individual consiste em que “sua unidade é a unidade de narrativa expressa numa única vida (...). A unidade de uma vida humana é a unidade de uma busca narrativa (MACINTYRE, 2001, p. 367). Desse modo a vida de cada ser humano é uma unidade narrativa:

1) *Unidade*, porque pode conceber-se como um todo, cujas partes estão inter-relacionadas em função do fim: a vida é *unidade* porque sua estrutura é teleológica.

2) *Narrativa*, porque esse fim unitário faz da vida algo com um início, um desenvolvimento e um final; e porque tal fim se define, se compreende e se pratica em uma história concreta, em uma implantação e uma atividade: não é dado de uma só vez, *mas se vai dando*, não é estático, mas dinâmico; não se define: se *redefine* (IZQUIERDO, 2007, p. 77).

Como visto o conceito de identidade narrativa ocupa um ponto relevante na filosofia de Alasdair MacIntyre, Paul Ricoeur por outro lado tem também uma preocupação com o tema, mas o aborda com matizes próprios, por isso faremos uma breve exposição dessa concepção ao tempo em que pontuamos alguns aportes de concordância entre os dois filósofos.

## IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR

Para Ricoeur (2014) as expressões “unidade narrativa” juntamente com “plano de vida” e “vida boa” derivam do conceito “vida”, onde vida “designa tanto o enraizamento biológico da vida quanto a unidade do homem inteiro a lançar sobre si mesmo o olhar da apreciação” (RICOEUR, 2014, p. 195). Desse modo o tema deste trabalho circunscrito à unidade narrativa é uma expressão ligada a uma temática mais abrangente, a saber da conceituação de vida na visão do filósofo francês.

Para Ricoeur o surgimento do termo “vida” precisa de reflexão. Vida aqui não é entendida num “sentido puramente biológico, mas no sentido ético-cultural, bem conhecido dos gregos, quando comparavam os respectivos méritos dos *bioi* oferecidos à escolha mais radical: a vida de prazer, vida ativa no sentido político, vida contemplativa” (RICOEUR, 2014, p. 194), desse modo Ricoeur revela sua preocupação à algo além do ser vivo biologicamente falando, trata-se do homem como um “animal político” concebido no contexto moral e cultural grego, uma vida entendida numa vertente holística, do homem por inteiro, ontológico e sociável.

Desde já há um paralelo aqui que pode ser feito com MacIntyre, a base da argumentação de ambos apresenta uma nítida influência grega e em especial de Aristóteles. Para Ricoeur a palavra vida “designa o homem inteiro em oposição às práticas fragmentadas” (RICOEUR, 2014, p. 194), essa visão de fragmentação é uma das características do sujeito moderno, o que seria o eu emotivista na filosofia de MacIntyre onde a identidade do agente é um conjunto de atuações, papéis e discursos pragmáticos que ele elege diante dos diferentes cenários que encontra e que procura instrumentalizar para melhor se sair. De fato, a compreensão de homem inteiro é oposta ao homem fragmentário, pois este último não pode harmonizar seu *ergon* com sua vida de inúmeras atuações.

Assim, Aristóteles ... perguntava se há um *érgon* – uma função, uma tarefa para o homem como tal, assim como há uma tarefa para o músico, para o médico, para o arquiteto... Tomada como termo singular, a palavra “vida” recebe a dimensão apreciativa, avaliativa, do *érgon* que qualifica o homem com tal. Esse *érgon* está para a vida, tomada em seu conjunto, assim como o padrão de excelência está para uma prática particular (RICOEUR, 2014, p. 194).

A noção de tarefa aqui só tem conexão quando há uma teleologia por traz que conduz o indivíduo a atingir o fim de sua vida narrativa e contribuir com os fins da

comunidade pois atinge esses fins exercendo as virtudes existentes na narrativa histórico-cultural da qual faz parte, sendo ela que dará uma espécie de roteiro base para sua atuação e com a qual compartilha uma unidade narrativa. Em Ricoeur a “ideia de unidade narrativa de uma vida garante-nos, assim, que o sujeito da ética outro não é senão aquele a que a narrativa confere uma identidade narrativa” (RICOEUR, 2014, p. 195). Novamente existe aqui um paralelo entre os dois filósofos que pode ser traçado relativo a importância essencial da narrativa em conceder unidade narrativa aos sujeitos, com a peculiaridade que em MacIntyre a necessidade da prática continuada das virtudes e de como elas são representadas em diferentes interlocutores histórico-filosófico parece ser mais incisiva.

Para Ricoeur (2014) a concepção de unidade narrativa “põe a tônica na composição entre intenções, causas e acasos, que se encontra em toda narrativa. O homem aparece aí tanto como padecente quanto como atuante e submetido às vicissitudes da vida” (RICOEUR, 2014, p. 195), isso também é comum a MacIntyre (2001) primeiramente quanto à composição da unidade narrativa, e em segundo lugar às vicissitudes da vida, em MacIntyre (2001) o gênero da narrativa humana é o drama, onde o homem de carne e osso está sujeito à imprevisibilidade da vida e tragédias das quais nem sempre pode escapar.

Segundo Lisboa (2013) identidade em Ricoeur é entendida na perspectiva de uma categoria da prática, ou seja, ética; a identidade de um sujeito ou de uma comunidade é encontrada nas respostas: “quem fez tal ação?”, ou “quem é o seu agente, o seu autor?”, e a resposta inicia-se dando nome a esse alguém dentro de uma narrativa, para Ricoeur (1997) essa identidade do *quem* é tão somente uma identidade narrativa, mas não só isso, em Ricoeur, “a identidade narrativa implica a narração de uma vida que indica o contexto das ações e situações a partir do qual podemos identificar a pessoa. A pessoa é o que ela faz e o que sofreu” (DARTIGUES, 1997, p. 19, *apud* LISBOA, 2013, p. 100-101), e mais:

A questão da identidade narrativa é abordada por Paul Ricoeur em *Temps et Récit III*, e retomada em *Soi même comme un outre*. Em princípio, o problema é simples: a identidade pessoal ou a resposta à questão: “Quem é você?” não pode operar pelo simples enunciado do nome, mais implica a narração da vida – no mínimo o curriculum vitae – que indica o contexto das ações e situações a partir do qual podemos identificar a pessoa. A pessoa é o que ela fez e o que ela sofreu (DARTIGUES, 1998, p. 7).

A identidade pessoal em Ricoeur conforme a análise de Lisboa (2013) é o que nos leva a reconhecer o sujeito a partir de um grupo de marcas que o particularizam através de

“características físicas, psicológicas ou, ainda, por seu caráter, sua índole, sua disposição interior (vontade), suas virtudes, motivos, intenções e por suas ações num determinado contexto histórico-cultural” (LISBOA, 2013, p. 101). Para Dartigues (1998) a identidade pessoal em Ricoeur é uma questão que está na junção de dois usos do conceito de identidade, a identidade como *mesmidade*<sup>3</sup> (respondendo ao latim *idem*), e identidade como *ipseidade*<sup>4</sup> (respondendo ao latim *ipse*).

Conceição & Amitrano (2011) interpretando Ricoeur, relatam que são dois os blocos narrativos, a narrativa histórica e a narrativa de ficção, onde a identidade narrativa (tanto do sujeito, como da comunidade) é o cenário idealizado para junção entre história e ficção, sendo as “histórias da vida” inteligíveis à medida que são empregados moldes narrativos, como as desventuras amorosas retiradas da uma história e da ficção, tal como podemos observar:

Parece, pois, plausível ter como válida a cadeia seguinte de asserções: o conhecimento de si próprio é uma interpretação - a interpretação de si próprio, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada, - esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes

---

<sup>3</sup> “A *mesmidade* pode ser considerada como a face objetiva da identidade, ou a resposta à questão ‘que?’. Recobre duas significações distintas mas que, contudo, se entrecruzam: 1) A identidade numérica, opondo-se à pluralidade. 2) A identidade qualitativa indicando uma semelhança extrema, mas compatível com a pluralidade. ‘Ele usa a mesma roupa’ pode significar que usa a roupa numericamente idêntica ao que já se tinha observado em uma outra circunstância, ou uma roupa semelhante, em todos os aspectos. Essas duas formas, embora distintas, se conjugam quando se pede para reconhecer uma pessoa como um suspeito, por exemplo: esta pessoa é semelhante à que se viu no lugar do crime, ou é ela própria que se viu? Não é imediato concluir da semelhança à identidade numérica, porque elas podem não concordar em virtude de que a mesma pessoa sofre, com o tempo, uma mudança de aspecto. É, pois, necessário encontrar um critério de permanência no tempo que suporte as diferenças que este introduz na semelhança. A identidade consistiria, aqui, numa permanência de estrutura, ou de substrato que sirva de suporte à mudança como, segundo Leibniz, o barco de Teseu, do qual se substituiu progressivamente todas as peças originais, permanecendo, contudo, o mesmo” (DARTIGUES, 1998, p. 8)

<sup>4</sup> “A *ipseidade* concerne ao aspecto subjetivo desta permanência no tempo e responde, pois, à questão: ‘quem?’. Mas ela comporta em si mesma uma parte do lado que se pode chamar de *caráter*, ou conjunto das disposições estáveis em que se reconhece uma pessoa. O caráter diz respeito, pois, assim, mais à *mesmidade* que à *ipseidade*, representa o ‘que’ do ‘quem’. A dimensão que diz respeito à *ipseidade* em estado puro é constituída pela *livre manutenção de si*, que se define menos pela consciência psicológica da continuidade de si que pela postulação ética desta continuidade, ou o fato de que o si é mantido por seus engajamentos e suas promessas ao longo do tempo, e computável por seus atos. Assim, o caráter, como constituinte subjetivo da identidade e a responsabilidade ética como manifestação em ato desta identidade, estão em relação dialética: é em função do caráter que o sujeito se decide e dá um valor moral às suas ações; são, por sua vez, essas últimas que se sedimentam no caráter e o transformam, segundo o processo da constituição de hábitos que Aristóteles atribuía à virtude. É aqui que a narrativa vai intervir na sua função de mediação entre o caráter como dado e a decisão ética como ato” (DARTIGUES, 1998, p. 8-9).

homens em que se mistura a história e a ficção (RICOEUR, 2000, p. 2, *apud* CONCEIÇÃO & AMITRANO, 2011, p. 66).

Como visto a concepção de identidade é a de uma identidade narrativa, onde esta somente é inteligível por meio da narração onde o agente desenvolve sua própria identidade e narrativa, mas há uma particularidade entre os tipos do conceito de identidade, senão vejamos:

Ricoeur fez uma análise detalhada da diferença fundamental entre os dois usos principais do conceito de identidade: a identidade como mesmidade (latim *idem*) e a identidade como si próprio, ipseidade (latim *ipse*). Ipeidade não é a mesmidade. Ricoeur procura mostrar a profunda diferença entre pensar-se a identidade pessoal em termos de mesmidade e ipseidade. A mesmidade encontra-se subjacente a noção latina de *idem*, que expressa a identidade alcançada a partir da permanência substancial no tempo; pelo contrário, o conceito de ipseidade implica um outro tipo de identidade, enquanto *ipse*, que se constrói a partir da temporalização de si próprio. Para ele, essa diferença não é meramente semântica e, sim, ontológica. O ser enquanto *idem* e o ser enquanto *ipse* não são coincidentes, ambos se entrecruzam (CONCEIÇÃO & AMITRANO, 2011, p. 66-67).

Comentando esses conceitos de identidade em Ricoeur, Nascimento (2009) esclarece que *mesmidade (idem)* é a identidade com a noção de igual, o mesmo, enquanto que *ipseidade (ipse)* é a identidade sob a ideia de mutabilidade e variabilidade<sup>5</sup>, logo a *mesmidade* está para a constância de uma construção invariável, a identidade genética por exemplo, já a identidade como *ipseidade* por outro lado se refere a um tipo de permanência temporal que traga resposta à pergunta *quem sou eu?* Para responder a essa questão é necessário contar, narrar a história de um agente, de sua vida, e é essa história narrada que revelará o sujeito (*quem*) em sua atuação, em sua identidade narrativa e consequentemente em sua vida narrada conforme Ricoeur.

O conceito de identidade narrativa é evidentemente essencial. Mas, ao passo que em *Temps et récit* eu coloco-me a questão como essa identidade está relacionada à constituição do tempo (como o tempo humano se estrutura por meio da narrativa?), em *Soi-même comme un autre* o problema do *quem* – da constituição do sujeito – torna-se prioritário. O *si* é posto em primeiro plano. Em *Temps et récit*, a narrativa é, por assim dizer, soberana, ela é a guardiã do tempo e é com o tempo que estou ocupado. Em *Soi-même comme un autre*, a narrativa é apenas um segmento. Eu trato dela como uma transição: a narratividade é uma estrutura de transição

---

<sup>5</sup> Cf. NASCIMENTO, Cláudio Roberto. *Identidade pessoal em Paul Ricoeur*. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009, p. 1.

entre, por um lado, as estruturas lingüísticas e práxicas, e, por outro lado, a ética. Mais de um terço do livro, de fato, gira em torno da ética. Então, houve um deslocamento para a questão do *quem* – sob suas diferentes formas: quem fala? quem age? quem narra? O problema do tempo, propriamente dito, não desapareceu, mas se reduziu, de certo modo, à questão da manutenção da identidade através do tempo. Questão que, justamente, permitiu-me levar a cabo a distinção entre *idem* e *ipse*, entre a permanência de um núcleo substancial e o caráter não substancial da identidade narrativa (RICOEUR, 1994, p. 27 *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 53-54).

Como visto acima o conceito de identidade narrativa foi recebendo alguns matizes ao longo das obras de Ricoeur, até o ponto de, conforme Nascimento (2009) chegar a aparecer como uma mediação da esfera pública com a lingüística e a ética<sup>6</sup>, e até mesmo uma mediação entre a mesmidade e a ipseidade. O tratamento conceitual aqui é diferente da teorização de MacIntyre, embora a preocupação pela inteligibilidade da narrativa humana seja um ponto em comum entre os dois filósofos. Um ponto importante para os fins de inter-relação entre as concepções de identidade narrativa apontado por Nascimento (2009), é que este conceito é embasado em Dilthey, mais especificamente no conceito de *conexão de uma vida*, e trouxe à tona duas formas de interpretação, a primeira é feita pela fenomenologia, “que considera a história de uma vida como a totalidade vivida dos acontecimentos temporais dotados de sentido” (NASCIMENTO, 2009, p. 56). Já a segunda interpretação utiliza-se do conceito de *conexão de uma vida* de Dilthey enquanto uma teoria da identidade narrativa, da qual fazem parte MacIntyre, Ricoeur e Charles Taylor, os quais entendem haver uma relação entre narrativa e vida, vida e história. Apesar da relação temática, Nascimento (2009) destaca que:

A resposta que Ricoeur dá ao problema da identidade pessoal está fundado no conceito de conexão de uma vida, a partir do qual pensa a unidade da história de uma vida como decorrendo da unidade de uma história narrada. Ricoeur está em consonância com MacIntyre acerca do papel da narrativa na unidade da história narrada de vida, assim como da importância da personagem, contudo Ricoeur diverge com MacIntyre, no seguinte sentido: para ele não vivemos histórias no decorrer de nossa vida. Há uma diferença, por pequena que seja, entre vida e história: uma é vivida, a outra é contada (NASCIMENTO, 2009, p. 4).

---

<sup>6</sup> Cf. NASCIMENTO, Cláudio Roberto. *Identidade pessoal em Paul Ricoeur*. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009, p. 72.

Como visto há inter-relações consideráveis nos conceitos de unidade narrativa e identidade narrativa entre MacIntyre e Ricoeur, não por acaso Nascimento (2009) esclarecer que Ricoeur preserva o conceito de macintyreano de unidade narrativa de uma vida<sup>7</sup>, apesar das influências e ponto de aportes parecidos, Ricoeur desenvolve sua filosofia de maneira própria o que vem a enriquecer o debate acerca da identidade moderna e seus desenvolvimentos.

## CONCLUSÃO

Como visto existem muitos pontos possíveis de inter-relações que podem ser feitas entre os conceitos de identidade narrativa presentes em MacIntyre e Ricoeur. Como resultados da pesquisa encontramos que os dois filósofos apresentam uma preocupação com a identidade narrativa como elemento essencial da composição do ser humano e sua vida social, noção essa tão estranha para o sujeito moderno que se apresenta tão fragmentado e com narrativas ininteligíveis diante de qualquer análise. A base da argumentação dos dois filósofos apresenta uma nítida influência de matriz grega e em especial de Aristóteles, onde a narrativa do sujeito não é uma história isolada dos demais como entende o *self* moderno. A unidade narrativa em MacIntyre e Ricoeur é composta por intenções, causas e acasos, sem falar que a narrativa de um sujeito pode influenciar e até marcar os rumos de outra narrativa, bem como as vicissitudes da própria vida e de nosso contexto, dado que a vida é imprevisível, o que não impede que compartilhemos projetos em comum e assumamos a responsabilidade por nossa atuação frente aos outros.

Em MacIntyre a necessidade de uma vida ética pressupõe o exercício das virtudes, sua visão é essencialmente teleológica, e a retomada dessa temática de influência aristotélica em *Depois da Virtude* é uma clara crítica ao *ethos* emotivista do eu moderno. Ricoeur por outro lado, apesar de se apoiar no conceito de identidade narrativa macintyreana, tem em sua preocupação de uma ética também marcada pela prática, porém sua questão está mais focada nos sujeitos da narrativa, em saber “quem fez tal ação?”, ou “quem é o seu agente, o seu autor?”, apesar disso a resposta volta-se para a identificação

---

<sup>7</sup> Cf. NASCIMENTO, Cláudio Roberto. *Identidade pessoal em Paul Ricoeur*. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009, p. 4.

desse “quem” dentro de uma história narrativa que possibilitará identificar a identidade narrativa do agente e por conseguinte a narrativa de sua vida e seu contexto.

## REFERÊNCIAS

**CONCEIÇÃO**, Edilene M.; **AMITRANO**, Geórgia C. A relação entre a identidade narrativa de Paul Ricoeur e a identidade política de Hannah Arendt. Revista Estudos Filosóficos, nº 6 /2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art4\\_rev6.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art4_rev6.pdf)

**DARTIGUES**, André. Paul Ricoeur e a questão da unidade narrativa. In: CESAR, C. M (org.) Paul Ricoeur – Ensaios. São Paulo: Paulus, 1998.

**IZQUIERDO**, David L. Comunitarismo contra Individualismo: Una Revisión de los valores de Occidente desde el pensamiento de Alasdair MacIntyre. Barcelona: Aranzadi, 2007.

**LISBOA**, Marcos J. A. O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. Impulso, Piracicaba, n. 23 (56), 99-112, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/impulso/article/viewFile/1089/1133>

**MACINTYRE**, Alasdair. Depois da Virtude: um estudo em teoria moral. Bauru: EDUSC, 2001.

**NASCIMENTO**, Cláudio Roberto. Identidade pessoal em Paul Ricoeur. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9070/NASCIMENTO%2C%20CLAUDIO%20REICHERT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

**RICOEUR**, Paul. Tempo e narrativa III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. O Si-Mesmo como Outro. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.